

# A CASA DA BOIA E A GRIPE ESPANHOLA DE 1918

Renata Geraissati  
Castro de Almeida

Colaboração  
Diógenes Sousa

Arte: Eduardo Grigaitis



Diretora: Adriana Rizkallah



*Hospital de campanha, montado no Clube Atlético Paulistano, São Paulo, em 1918  
Acervo do Club Atlético Paulistano*



## APRESENTAÇÃO

“O ano de 1918 ficou marcado, entre inúmeros eventos, pela pandemia da gripe espanhola. Esta enfermidade, uma novidade para a época, trazia consigo grandes dificuldades para a população: o poder público, a comunidade científica e toda a sociedade, indistintamente.

Uma série de tratativas e tentativas foi sendo adotadas para evitar que mais vidas fossem ceifadas numa velocidade cada vez maior, acarretando em uma demanda enorme por vagas nos leitos de hospitais e nos cemitérios da cidade.

Passados mais de cem anos a população mundial sente novamente os efeitos das mazelas causadas por uma nova pandemia, desta vez em virtude do novo Coronavírus, a Covid-19.

As primeiras notícias de casos foram notificadas na China, em meados de novembro de 2019. O vírus se alastrou em praticamente todo o globo e seu contágio aumentou de forma exponencial, ocasionando inúmeras mortes. Mais uma vez, toda a sociedade é afetada e medidas para conter o avanço desta doença se fazem necessárias de maneira veemente.

Esta apresentação, traz, em linhas gerais, um panorama histórico da gripe espanhola, das questões sanitárias e as transformações realizadas na cidade de São Paulo e sua vida urbana em decorrência da pandemia. Como o cotidiano citadino alterou-se por conta de questões relacionadas à saúde pública e aos modos de morar.

E, mais do que isso, mostra a participação efetiva da Casa da Boia neste período, com ações filantrópicas, adequando-se às demandas exigidas pela legislação, no tocante ao fornecimento de materiais e equipamentos que trouxessem maior qualidade de vida e conforto às habitações de seus clientes e colaboradores.

Temos então um percurso que aborda a questão do surgimento destas enfermidades e o modo como o setor comercial, aqui representado pela Casa da Boia, dentro de suas capacidades e conhecimentos acerca da utilização de materiais hidráulicos na construção civil, agiu em prol da saúde pública buscando disseminar tais mazelas.

Tais análises nos propiciam traçar paralelos com uma série de medidas que estão sendo tomadas na atualidade, e percebemos a relevância que a compreensão do passado e o setor de atuação da Casa da Boia continuam a desempenhar ainda hoje.

## A GRIPE ESPANHOLA PELO MUNDO

A epidemia que assolou o mundo durante oito meses se espalhou pela Espanha, França, Grã-Bretanha e Itália, sem que haja, nas pesquisas realizadas, um consenso sobre a quantidade total de mortos, com estimativas entre 50 a 100 milhões de pessoas, tornando-a uma das epidemias mais conhecidas do século XX.

Para compreender sua disseminação e o porquê do nome como ficou usualmente conhecida (“gripe espanhola”), é necessário que saibamos sobre o contexto global do período, tanto político, quanto econômico e sanitário.

No ano de 1918, diversas operações militares eram travadas na Europa em virtude da Primeira Guerra, causando inúmeros impactos no cotidiano dos cidadãos dos países envolvidos no conflito.

A disseminação era agravada pelo retorno de soldados doentes do front, pela migração de refugiados e pelas mulheres que atuavam em atividades de apoio ao combate.<sup>1</sup>

Visando evitar alarmar a população, inúmeras autoridades sanitárias se recusaram a revelar os números de mortos e doentes em virtude da epidemia, o que dificulta, atualmente, que se estabeleça com precisão o impacto da epidemia no período.

Em 22 de Agosto de 1918, o Ministro das Relações italiano negou os fatos alarmantes apresentados pelos relatórios que tratavam sobre a disseminação da gripe e outros órgãos de imprensa seguiram a mesma postura.<sup>2</sup>



*Soldados norte-americanos retornando da 1ª Grande Guerra contribuíram para a disseminação do vírus na América do Norte.*

Tal postura, fez com que a epidemia ficasse conhecida como “gripe espanhola”, pois, a Espanha era um país neutro ao longo da Guerra e não precisava subnotificar os casos de contaminação, fazendo com que parecesse que lá havia o maior número de casos da doença.<sup>3</sup>

A gripe ficou conhecida por diferentes nomenclaturas nos países: “influenza, grippeta, cortesã, malmatelo, afecção catarral (*Synochus catarrhalis*), febre dos três dias, febre das trincheiras, febre dos combatentes (Espanha e Inglaterra), febre de Flandres (Alemanha), febre siberiana (Rússia) ou russa (Espanha), febre chinesa (Sibéria), catarro espanhol (França), espanhola”.

Algo que indica que essas denominações demonstram uma tentativa de culpar outros pela causa da moléstia.

Percebemos nessas nomenclaturas a oposição entre mundo civilizado/incivilizado.<sup>4</sup>

As pesquisas a respeito da doença foram iniciadas no mesmo ano de 1918.

Um membro do Instituto Pasteur, propôs que tudo apontava para um vírus filtrável, e não uma bactéria ou um micróbio como o real responsável pela gripe.<sup>5</sup>

As primeiras ações preventivas foram implantadas a partir de agosto de 1918, incluindo a obrigatoriedade de notificação de casos suspeitos.

No mês de outubro, algumas ações adicionais foram adotadas ao longo de todo o continente europeu, como o fechamento de teatros, a proibição de reuniões públicas, a proibição de longas reuniões religiosas, o fechamento de escolas e a desinfecção e limpeza de espaços públicos, igrejas, cinemas, teatros e espaços de trabalho.

Ademais em alguns países foram distribuídos sabonetes e água para as populações desfavorecidas.



*Enfermeiras costuram máscaras em Oakland, EUA, em 1918. Biblioteca Pública de Oakland*

# A GRIPE ESPANHOLA NO BRASIL

Os brasileiros tiveram seu primeiro contato com a gripe por meio da missão médico militar que atuou nos últimos meses da Primeira Guerra Mundial. Ao aportar em Dakar, no Senegal francês, grande parte desse grupo foi contaminada.<sup>6</sup> Em solo brasileiro, os primeiros casos da gripe foram reportados no mês de setembro de 1918, no governo Wenceslau Braz.

De uma maneira mais ampla, os efeitos da falta de saneamento deixavam vítimas no país desde o século XIX, sendo alvos de uma ação política mais enfática, a partir de 1918. A população pressionava pela criação de um Ministério da Saúde Pública, por vislumbrar, nesta ação, um caráter nacional para o tratamento da saúde do brasileiro. Em fevereiro de 1918, representantes das elites política e intelectual fundaram a Liga Pró-Saneamento do Brasil, sob a direção de Belisário Pena.<sup>7</sup>

Este fato marcou a passagem de um período mais espontâneo da campanha sanitária para uma ação mais organizada. Em 1918, a epidemia de gripe espanhola deu visibilidade a esta campanha e, em dezembro de 1919, foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), que garantiu maior amplitude aos serviços sanitários federais.

A partir de então, a participação e a intervenção do Estado na área de saúde pública só tendeu a se ampliar e se solidificar.

Vale notar quais foram os pareceres publicados como “Comunicado do Serviço Sanitário”, em especial, o modo com que tratavam sobre formas de prevenção da doença, o que a população deveria evitar e métodos paliativos de como lidar com os sintomas:

*Notícia de jornal relata o falecimento de duas passageiras do navio Demerara, que teria trazido ao Rio de Janeiro o vírus da Gripe Espanhola.*



A população, não só de S. Paulo, como do Rio e de todo o Brasil de Norte a Sul, tem estado ultimamente alarmada com o aparecimento da chamada “gripe espanhola”, que nada mais é senão a gripe, a influenza comum.

O alarme tem sido infundado, porque a moléstia, apesar de sua grande contagiosidade, tem reinado com caráter muito benigno: os poucos óbitos até hoje registrados são devidos a complicações secundárias, dependentes talvez de condições individuais. Não é a primeira vez que assistimos a tais surtos epidêmicos da influenza. De 1889 a 1891, toda a Europa foi assolada por uma grande pandemia de influenza de caráter benigno, e que chegou até nós.

No Brasil, parece, pelas notícias telegráficas, que os primeiros casos de influenza foram importados pelo [navio] “Demerara”; em 26 de setembro surgiu na Bahia; em 30 de setembro manifestou-se a moléstia em Niterói, depois de já grassar no Rio; a 8 de outubro, em Pernambuco, a 10 no Pará, sendo que a 12 já estava no Rio Grande do Sul.

Em S. Paulo o seu aparecimento tem sido mais tardio e os primeiros casos verificados foram todos importados do Rio: em Guaratinguetá o primeiro deu-se em pessoa vinda do Rio, onde fora visitar a família atacada pela moléstia; em Lorena existem 90 casos em soldados dos exércitos ali aquartelados; em Santos, nos vapores “Carlos Gomes” e outros deram-se vários casos e na Companhia das Docas deixaram de comparecer ao serviço 80 trabalhadores por se sentirem doentes. Na capital os clínicos começaram a notificar os primeiros casos, apesar da gripe não ser moléstia de notificação compulsória.

Desde 1902, em França, a gripe não é considerada moléstia de notificação obrigatória e os doentes não precisam ser tratados nos hospitais de isolamento, dada a insuficiência da medida de profilaxia coletiva e a rapidez com que se faz a propagação do mal. Não pode haver profilaxia eficaz, regional ou local, para a influenza, toda ela deve ser “individual”.

Para evitar a influenza todo indivíduo deve fugir das aglomerações, principalmente a noite; não freqüentar teatros, cinemas; não fazer visitas e tomar cuidados higiênicos com a mucosa nasofaringeana que, muito provavelmente, é a porta de entrada dos germens.

Tais cuidados devem ser feitos por meios brandos; não devem ser usados desinfetantes enérgicos ou aplicações mecânicas que possam irritar a mucosa naso-faringeana.

As inalações de vaselina 4 mentolada, os gargarejos com água e sal, com água iodada, com ácido cítrico, tanino e infusões de plantas contendo tanino, como folhas de goiabeira e outras, são aconselháveis. Como preventivo, internamente, pode-se usar qualquer sal de quinino nas doses de 0,25 a 0,50 centigramas por dia, devendo usá-los de preferência no momento das refeições para impedir os zumbidos nos ouvidos, os tremores, etc.

Estas doses, salvo em casos muito excepcionais, não têm o menor inconveniente. Deve-se evitar toda a fadiga ou excesso físico. Todo doente de gripe, aos primeiros sintomas, deve procurar o leito, pois o repouso auxilia a cura e diminuí não só as probabilidades de complicações, como de contágio. Os doentes não devem ser visitados, pois a moléstia se transmite de indivíduo para indivíduo, por contágio direto. As pessoas idosas devem ser extremadas nestas medidas, não devendo, nem mesmo, receber visitas de simples cortesia, pois a moléstia é nelas mais grave.

Os doentes recolhidos a hospitais e casas de saúde não devem ser visitados; as informações poderão ser dadas na portaria ou pelo telefone. O governo vai determinar o fechamento das escolas noturnas e solicitar providências junto aos poderes eclesiásticos para que os ofícios religiosos cessem à noite. À prefeitura será pedido o fechamento da Exposição [Industrial] à noite.

As manobras da Força Pública deverão ser sustadas. Se todas estas precauções forem adotadas, é muito possível que a duração da epidemia entre nós tenha atingido ao seu auge no fim de seis semanas. A população deverá evitar, mais que tudo, as causas de resfriamento, não só porque abrem a porta à infecção, como as reincidências, como está acontecendo atualmente na Espanha, Portugal e França.

O Serviço Sanitário pediria aos clínicos e diretores de fábricas para informar pelo telefone, à Diretoria, qual o número de atacados, para que ela possa dar publicidade a dados verdadeiros que impeçam os exageros tão comuns nesta época e que levam o pânico à população, como se está observando no Rio.



*Enfermeiras do I.P. Infância socorrendo gripados no morro do salgueiro, onde houve mais de 800 casos. (Revista Careta. Nov/1918. Rio de Janeiro)*

# CONSELHOS AO POVO

(Da Inspectoria de Hygiene)

EVITAR aglomerações, principalmente á noite.

NÃO fazer visitas.

TOMAR cuidados hygienicos com o nariz e a garganta. Inalações de vaselina mentholada, gargarejos com agua sal, com agua iodada, com acido citrico, tannino e infusões contendo tannino, como folhas de goiabeira e outras.

TOMAR, como preventivo, internamente, qualquer sal de quinino nas doses de 25 a 50 centigrammas por dia, e de preferencia no momento das refeições.

EVITAR toda fadiga ou excesso physico.

O DOENTE, aos primeiros symptomas, deve ir para a cama, pois o repouso auxilia a cura e afasta as complicações e contagio. Não deve receber, absolutamente, nenhuma visita.

EVITAR as causas de resfriamento, é de necessidade tanto para os sãos, como para os doentes e os convalescentes.

A'S PESSOAS EDOSAS devem applicar-se com mais rigor ainda todos esses cuidados.

Em virtude desses comunicados, muitos acreditavam que o poder público estava sendo ineficaz na forma de como lidar com a questão. Na matéria de capa do jornal A Gazeta, edição de 22 de outubro de 1918, aparecia em letras garrafais a frase “ISOLEMOS S.PAULO!”.

A frase era parte do editorial que mostrava os avanços da epidemia na cidade de São Paulo, noticiando 800 novos casos e relatando que, na capital federal, já havia mais de 700 mortos. Repetidamente o jornal frisava a necessidade em se tomarem medidas excepcionais para conter o avanço da disseminação da doença.<sup>9</sup>

Dias após as críticas ao posicionamento do governo, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou uma medida com o objetivo de dar ao prefeito Washington Luis maior liberdade para tomar decisões a respeito de como lidar com a pandemia:

*Artigo único – A Câmara Municipal de São Paulo resolve autorizar o Prefeito a tomar todas as providencias necessárias à assistência pública, relativamente à pandemia reinante, bem como usar das medidas extraordinárias que forem precisas para o regular andamento da administração, abrindo para esse fim os crédito que lhe parecerem suficientes.<sup>10</sup>*

A imprensa também destacava a necessidade da profilaxia individual para evitar que a doença se alastrasse. Reforçavam as recomendações do Serviço Sanitário, que orientavam que ricos e pobres que adoecessem que fossem hospitalizados, assim evitando o contágio de mais indivíduos.

O órgão também adotou medidas para tentar minimizar a propagação epidêmica: ordenou que sociedades literárias, esportivas e recreativas que suspendessem reuniões e jogos; o fechamento dos grupos escolares; as visitas aos internatos foram proibidas, proibidos também foram os acompanhamentos de enterros a pé; os externatos foram fechados como os jardins públicos e os concertos de bandas foram suspensos.<sup>11</sup>

Como parte do cotidiano da cidade, eram realizadas queimadas de alcatrão e enxofre, ambos serviriam para purificar a atmosfera defumando as casas, algo que indica uma persistência das concepções miasmáticas na população.<sup>12</sup>

Apesar do surgimento das teorias bacteriológicas, ainda era um momento de transição do conhecimento médico.<sup>13</sup>

Na literatura, o contexto conturbado da doença, associado à pobreza foi abordado nos versos de Miguel Meira, escritos em novembro de 1918:

*Baratear a vida, eis a primeira Medida, que ao Governo já produz ...*

*Obrigar a lavar-se a quem não queira, No Brás, no Cambuci, na Lapa e Luz ! ...*

*Dá fome a Gripe, é filha e da sujeira, Transmite-se no escarro e pelo pús ...*

*Evitar dar a mão ! Desta maneira É que o mal se propaga e reproduz !*

*Alimentado o corpo e bem lavado, A casa varridinha, onde se mora,  
Juro ! Não haverá um só gripado ! ...*

*Sem isso, todo o povo a perna estica,  
E com Pão a cada hora, Salvo São Paulo inteiro sem botica! <sup>14</sup>*



*Fon-Fon, nº40. 05 de outubro de 1918. p.52.  
A "influenza" – A simples leitura, atualmente, de uma página de anúncio de jornal, bastará para imunizar da "influenza espanhola". Nesse momento, a falta de afirmação positiva da ciência, toda droga cura já o celebre mal ..*

*Anúncio do Correio Paulistano em 18/11/1918 sobre um medicamento para a cura da gripe espanhola em São Paulo, o conhaque de alcatrão Xavier.*

## Influenza Hespanhola

O unico remedio que EVITA a Influenza hespanhola ou grippo é o "COGNAC DE ALCATRÃO" de Xavier.

EVITA MESMO — NÃO E' RECLAME — Não houve um unico caso em que este poderoso medicamento falhasse. — ESTA' PROVA-DO QUE O ALCATRÃO E' O UNICO PREVENTIVO DA GRIPPE — Além disto, o "Cognac Xavier" cura a TOSSE, O CATARRHO E OS ESCARROS DE SANGUE que vêm sempre depois da grippe — De-vido aos saes de calcio do "Cognac Xavier" elle deve ser o escolhido para fortificar os pulmões enfraquecidos pela terrivel enfermidade —

— — — — — EXPERIMENTAE E VEREIS — — — — —

A' venda em todas as pharmacias e drogarias

DEPOSITO EM S. PAULO — RUA ONZE DE AGOSTO, N. 85



*sábio magro – Não há motivos para que nos alarmemos com a moléstia que dia-a-dia se espalha e domina esta cidade! Segundo telegramas, um sábio francez espera telegrama de Tunis, para descobrir em Paris a vacina da influenza espanhola. Esperemos com calma essa descoberta, porque os sobreviventes poderão imunizar-se quando o mal reaparecer.*

*(A Careta, n.543. 19 de outubro de 1918, p.23)*

## A VEZ DA FILANTROPIA

Neste contexto, entram em cena diversas ações filantrópicas de instituições como a Cruz Vermelha, a Santa Casa de Misericórdia, a Igreja Católica e a União dos Pastores Evangélicos, entre outras.<sup>15</sup>

A Casa da Boia doou para a Cruz Vermelha Inglesa (OUR DAY) o valor de 300.000 em 19 de novembro de 1918, para a Cruz Vermelha americana em 11 de fevereiro de 1919, além de pagamentos para os escoteiros brasileiros, que tiveram um papel imprescindível no auxílio as ações de prevenção ao contágio.

Em 18 de novembro de 1918, a Associação Comercial realizou uma subscrição para arrecadar verba para a construção de um hospital no edifício da Policlínica.<sup>17</sup>

Neste mesmo volume ainda são mencionadas as ações de outras instituições e ações de distribuição de alimentos e medicamentos.



*Posto de doação da Cruz Vermelha no centro de São Paulo. Revista A Vida Moderna, ed. 347, pg 20.*

# A CASA DA BOIA NO CONTEXTO DA GRIPE ESPANHOLA

Para compreender o funcionamento administrativo da Casa da Boia é imprescindível o entendimento de certas leis que regulamentavam o funcionamento destes estabelecimentos.

Com as mudanças ocorridas no Estado pós-abolição da escravatura foi necessária uma revisão dos instrumentos jurídicos, tendo em vista a dinamização e ampliação das atividades econômicas.

Assim, foi necessário o estabelecimento de um Código Comercial que regulasse os direitos e obrigações das empresas, comprovando sua relevância na consolidação econômica do Estado.

O primeiro código brasileiro foi criado ao longo do reinado de Dom Pedro II, por meio da lei nº 556, de 25 de junho de 1850, após ficar durante 15 anos tramitando na Assembleia Geral.

Bentivoglio ressalta que a adoção de outros marcos jurídicos neste mesmo ano, a Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queiróz, foram parte de uma racionalização da política econômica implementada a partir do Segundo Reinado.

Portanto, foi necessária a organização de um aparato jurídico que regulamentasse o capital circulante, que exigia “pagamentos praticamente imediatos e disponibilidade de capital para investimentos” e superasse as características arcaicas “com a falta de garantias e de personalidades mercantis juridicamente definidas”. Consequentemente:

*“O ato não só regulamentou as atividades comerciais e a profissão de comerciante, como estabeleceu garantias para a realização das operações comerciais e instituiu um aparato burocrático exclusivo para as causas mercantis, os tribunais e juízos comerciais”.*

No Capítulo II, em Das Obrigações Comuns a Todos os Comerciantes, o código estabelece que era obrigação de todos os comerciantes seguirem uma uniformidade em sua contabilidade e escrituração, criando livros específicos para este fim que deveriam conter todas informações relativas ao funcionamento do comércio e conservando, além destes livros toda as correspondências e demais papéis que atestassem seu fluxo comercial.

Ademais, deveriam anualmente realizar um balanço geral do ativo e passivo pertencentes ao comércio que deveriam “compreender todos os bens de raiz móveis e semoventes, mercadorias, dinheiro, papéis de crédito, e outra qualquer espécie de valores, e bem assim todas as dívidas e obrigações passivas”. Ademais foi decretado que:

Tais livros deveriam servir como registro contábil ao registrar as atividades de uma empresa em lançamentos descritos como de entradas e saídas de dinheiro, abarcando os recebimentos e pagamentos de um período diário, mensal ou anual controlando os fluxos de transações monetárias de um comércio. Em virtude deste aparato jurídico houve a criação da espécie documental livro-caixa ou livro-razão, que consiste em um “livro contábil padronizado de contas correntes. As operações são lançadas por rubricas separadas, ordenadas por débito e crédito”.

Dentro do acervo preservado na Casa da Boia estão alocados inúmeros livros-caixa que demonstram inúmeras informações pertinentes tanto ao funcionamento do comércio, quanto a respeito de seu proprietário Rizkallah Jorge Tahan. Para além de registrar informações relativas a seus gastos mensais para a manutenção da empresa e o volume total das vendas, nas páginas dos livros encontramos dados minuciosos sobre suas benemerências, atestando que apesar de ser um instrumento contábil, ali se encontram também aspectos vinculados à sua atividade pública.

São Paulo 01 de Outubro de 1918  
Transporte

33 a Mercadorias		77.769,200
de Contas Correntes	27.940,000	
Caixa	20.324,000	58.217,000
34 a Juros e Descontos		75,000
de Contas Correntes		136.062,200

São Paulo 30 de Novembro de 1918  
Diversos e Individuais

R\$ 140.177,200

Das transações realizadas durante este mês, como se segue, a saber:

36 Caixa

a Contas Correntes

Recebido das seguintes:

4. Raphael Armãos	237,000
Conçalves Almeida & C <sup>o</sup>	48,000
Cunha Cabral & C <sup>o</sup>	14,000
6. Eustáquio Castellano & C <sup>o</sup>	28,000
Wilmington & C <sup>o</sup>	120,000
L. Silva & C <sup>o</sup>	5,000
7. Camargo & C <sup>o</sup>	55,000
Martins Ferreira & C <sup>o</sup>	144,000
8. S <sup>o</sup> D. E. Natarazzo	207,500
C <sup>o</sup> Nac <sup>o</sup> de Fecidos de Jata	198,000
9. Monteiro Santos & C <sup>o</sup>	2,000
11. Sr. Almeida & C <sup>o</sup>	19,000
S. Weston & C <sup>o</sup>	36,000
C <sup>o</sup> S <sup>o</sup> D <sup>o</sup> Martins Barros	20,000
Prada Correia & C <sup>o</sup>	24,000
Thyllita Ferreira & C <sup>o</sup>	24,000
12. José Ramos	47,700
13. Define & C <sup>o</sup>	210,000
Maepin Aires	425,100
Elias Caffab & Armãos	165,200
14. Ernesto de Castro & C <sup>o</sup>	2.725,100
Paschoal Gabriel	129,600
Charles Person	12,000
João Pereira	227,500
16. Legnotta Lorenzi & C <sup>o</sup>	10,000
A. Illuminadora	17,000
Timothy Tinton	10,800
José Romo	605,100
Segue	5.960,400

Os livros-caixa nº4 (31 de julho de 1913 a 10 de outubro de 1918) e nº5 (10 de outubro de 1918 a 30 de junho de 1923) abrangem o período do contágio da gripe espanhola na cidade de São Paulo. Juntos totalizam mais de 1200 páginas que compilam diariamente as transações comerciais do local.

Na rubrica despesas gerais estão listados os gastos com a compra de insumos como cobre, papel chumbo, dentre outros e seus gastos com empregados, ocasionalmente são mencionados compras de maquinismos e importações que nos permitem identificar uma rede comercial internacional a qual seu comércio fazia parte.

Os dados relativos às vendas estão divididos em: vendas a dinheiro, registrando apenas a soma total do montante que foi comercializado em determinado dia e vendas consignadas, identificando o nome dos locais que compraram, quais foram os dias e seus respectivos valores, indicando que com os indivíduos presentes neste segundo grupo, as vendas ocorressem com maior incidência.

Ao longo destes meses, podemos compreender como se davam as ações comerciais da empresa, que realizou anúncios na "A bandeira brasileira" p.11 e em "O Fazendeiro" em 05 em abril de 1919. p. 62. Além do anúncio publicado em dezembro de 1918 na revista O Criador Paulistano.

Ao cruzar a informação a respeito de fornecedores e compradores, conseguimos perceber uma convergência entre os mesmos, indicando que havia uma relação circular entre essas empresas, que ora forneciam materiais, ora compravam os produtos vendidos pela Casa da Boia.

Diversos dos comércios listados nestas páginas estavam alocados na região central da cidade de São Paulo. Dentre estes destacamos a Casa Nathan, ou Nathan e Co., situada nos números 43 e 45 da Rua São Bento em um edifício projetado por Max Hehl.

O local era uma casa importadora de carros norte-americanos, carroças e implementos agrícolas, e comercializava tanto produtos estrangeiros, quanto inventos nacionais, tal como, carrinhos para terreiros de café, em seus anúncios identificamos uma ampla gama de matérias que eram comercializados ali, tal como papeis para jornal (Correio Paulistano, 10 de junho de 1906. p. 6).

Os comércios Hugo Heise e Cia e Hermann Theill, apresentavam uma função similar à da Casa da Boia.

O primeiro inicialmente situado na São Bento n.93, e posteriormente na Rua Florêncio de Abreu, era uma casa importadora que comercializava todo tipo de ferramentas, além de encanamentos e outros aparelhos para água, esgotos e eletricidade.

A loja de Theill, localizada na Rua Direita, também vendia ferragens e aparelhos para água, gás e esgoto.

Os equipamentos produzidos na Casa da Boia também eram comercializados para outros agentes que estavam participando do processo de urbanização da cidade.

No fundo documental de Samuel das Neves, pertencente à biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo constam notas fiscais que retratam as trocas comerciais entre ambos.

Em 31 de maio de 1915, Samuel das Neves comprou uma torneira de boia a 2.300 mil-réis, 29 kilos de canos de chumbo de 1 milímetro a 29.000 mil-réis e 12 funis com ralos de cobre de 2 milímetros a 24.000 mil réis.

Identificamos também outro dos clientes assíduos da Casa da Boia, como a Ernesto de Castro & Cia, companhia fundada pela sociedade entre Ramos de Azevedo com seu genro Ernesto Dias de Castro, em 11 de março de 1903. A casa comercial vendia produtos para os escritórios do setor da construção civil para realizarem seus projetos.

O caráter comercial e industrial da Casa da Boia propiciou com que várias lojas do mesmo setor consumissem alguns dos produtos fabricados no local, indicando o papel determinante deste estabelecimento na consolidação deste ramo.



*Propaganda da empresa Ernesto de Castro e Cia, no centro de São Paulo. Acervo de Negativos de Vidro do Fundo Ramos de Azevedo, Biblioteca da FAU-USP*

Barbuy pontua que posteriormente, algumas destas casas importadoras “desdobram-se, depois, em empreendimentos industriais próprios, graças ao grande conhecimento que seus proprietários tinham adquirido de todo o sistema internacional de produção e comércio de bens manufaturados”, que foi o caso dos clientes Casa Nathan e Hugo Heise & Cia.

Neste período os materiais sanitários eram necessários e o interesse na sua aquisição se dava tanto no âmbito privado, para propiciar que as residências seguissem os padrões de salubridade que eram postulados pelos saberes técnicos do momento, quanto pelo poder público, que visava equipar a cidade com obras pluviais.

Assim, está registrado que a empresa comercializou inúmeras vezes com a Repartição de Águas e Esgotos, mas também com a companhia inglesa San Paulo Gás Company indicando outra necessidade do período, a iluminação.

Na medida em que as cidades se tornavam grandes aglomerados urbanos, como o caso de São Paulo em fins do século XIX, questões sobre moradia, sanitarismo e epidemias estavam na ordem do dia das ações do poder público, de setores da engenharia e da medicina. Neste contexto, a demanda por objetos, utensílios e aparelhos domésticos que proporcionassem uma maior qualidade em termos de conforto e salubridade se fazia presente.

Um destes exemplos de estabelecimento comercial surgido a reboque desta necessidade é a Casa da Boia, localizada no centro da cidade, construída em 1898 pelo imigrante sírio Rizkallah Jorge Tahan, detentor de um conhecimento sobre a manipulação do cobre na construção de boias hidráulicas, encanamentos e outros suportes que começavam a fazer parte do cotidiano dos modos de morar na capital paulista.

Antes de adentrarmos especificamente neste estabelecimento, cabe a nós uma reflexão sobre a representação da casa dentro do contexto urbano aqui abordado. Nos meados do século XIX, estava em voga a teoria miasmática, que apregoava o ar e a água como grandes veículos transmissores de doenças, aliada à configuração das cidades.

A cidade tradicional, com suas ruas tortuosas e estreitas, ladeadas por prédios onde se comprimiam residências, lojas e oficinas, contrariava radicalmente as prescrições da teoria miasmática que, baseada na crença da influência terapêutica da circulação dos fluidos, recomendava desaglomeração, descongestionamento, arejamento, iluminação e insolação das vias e edificações.

*Vista da cidade de São Paulo. Guilherme Gaensly. 1902.  
Coleção Brasileira. Biblioteca Nacional*



Antônio Egydio Martins descreveu as benesses advindas do governo de João Teodoro da seguinte forma:

*Substituição dos terrenos paludosos e miasmáticos, em frente ao antigo mercado da rua Vinte e Cinco de Março, por um dos passeios mais aprazíveis e saudáveis, a Ilha dos Amores, no lugar onde hoje existem o Mercado do Peixe e o Almoxarifado Municipal; beleza e segurança do morro do Carmo, medonho outrora por suas altas e ruinosas muralhas de pedra; abertura da rua do Hospício até a ponte da Mooca, tendo sido um dos trabalhos mais dispendiosos pelas grandes e importantes obras d'arte construídas á margem do rio; as grandes escavações operadas sobre o alto morro, que até então não distava mais de 6 a 7 metros do Hospício de Alienados, contribuindo para torná-lo muito insalubre, húmido e sombrio, e que produziram uma notável transformação, abrindo, diante daquele antigo edifício, um vasto e espaçoso largo; a construção da rua Conde d'Eu, hoje General Glycerio, de 982 metros de extensão e 13 de largura e os melhoramentos notáveis das ruas do Pary e do Gazometro e do extenso aterrado deste nome, com 2.000 metros de comprimento e 12 ditos de largura, pondo-o em comunicação com o centro da cidade.*

*Várzea do Carmo, 1910.  
Vicenzo Pastore. Coleção Brasileira. Biblioteca Nacional.*



Em fins do século XIX, com a fundação da Sociedade Promotora de Imigração (SPI) e a entrada de milhares de imigrantes, ocorreu uma enorme expansão demográfica no Estado de São Paulo, que pode ser identificada como responsável por diversos problemas sociais, entre eles, as aglomerações urbanas, a falta de moradia e a insalubridade.

A população do Estado de São Paulo passou de 837.354, em 1872, para 1.384.753 em 1890, e para 2.282.279 em 1900.

Maria Alice Rosa Ribeiro propõe que o Estado assumiu a responsabilidade de criar um mercado de trabalho livre, constituindo uma massa de trabalhadores de modo a aumentar a concorrência e consequentemente manter os salários baixos.

Para a autora, a imigração em massa subvencionada pelo Estado de São Paulo entre as décadas de 1870 e 1880, ao intentar resolver a crise de mão de obra na economia cafeeira com o fim da escravidão, acabou se tornando um ponto de inflexão para a saúde pública.

Ao criar um mercado de trabalho assalariado, o poder público percebeu a necessidade de montar uma infraestrutura institucional para sanar os problemas advindos do grande crescimento populacional.

Em grande medida, o papel central que a salubridade adquiriu no período foi em virtude dos efeitos da falta de saneamento, que ocasionou inúmeras mortes desde o século XIX, pela doença classificada pelos médicos como “febres paulistas”.



A situação precária do saneamento agia diretamente no aumento das epidemias, em especial, daquelas cuja contaminação se dava pelos sistemas de água e esgoto. Tendo em vista a necessidade de mão-de-obra para as lavouras de café e para a indústria nascente foram efetuadas inúmeras intervenções e mudanças sanitárias em Campinas, Santos e outras cidades, com o objetivo de criar uma boa imagem externa da província.

Após a Proclamação da República, para efetivar seus projetos com relação ao trabalho livre, o Estado contemplou em sua agenda política a saúde coletiva, tornando-a pública.

Entre os anos de 1891 e 1893, o Serviço Sanitário foi organizado, sendo subordinado à Secretaria de Estado do Interior. Para sua atuação foram criados um Conselho de Saúde Pública e uma Diretoria de Higiene, que visavam tratar das questões do saneamento básico, do policiamento sanitário e das desinfecções.

A Instauração do regime republicano no Brasil propiciou a implantação de estrutura administrativa pública destinada a atender as questões relativas à saúde do nascente Estado de São Paulo.

O presidente do Estado de São Paulo, Bernardino de Campos, e seu Secretário dos Negócios do Interior, Cesário Motta Júnior, médico que atuou em políticas pública de educação e saúde, por meio da Lei N. 240, de 4 de Setembro de 1893, dispôs sobre a reorganização do serviço sanitário do Estado de São Paulo.

Em seu segundo artigo propôs que o saneamento do meio era atribuição das municipalidades, com a ressalva em seu quinto artigo que “enquanto não estiverem definitivamente organizados os serviços de higiene municipal, e em épocas excepcionais, poderá o Governo do Estado chamar a si os encargos e atribuições que são de competência das municipalidades”.

Como parte do organograma que compunha a Diretoria do Serviço Sanitário, foram criados o Instituto Bacteriológico, o Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas, o Instituto Vacinogênicos, o Serviço Geral de Desinfecção, a Secção de Estatística Demográfica Sanitária e os Hospitais de Isolamento.



Em 1894 foi promulgado o primeiro Código Sanitário composto por 520 artigos que regulamentavam tanto o espaço público quanto o privado.

Até então, este tema era regido pelas normas contidas no Código de Posturas Municipais de 1875, as quais arrolavam normas sanitárias vagas para as cidades, como a remoção de lixo, limpeza dos quintais, abertura de ruas e estabeleciam padrões para as construções, entre elas, a altura entre chão e teto, a necessidade de janelas em todos os cômodos, e a eliminação de alcovas.

Apesar da existência das regulamentações, ao compararmos os projetos submetidos para a aprovação da municipalidade com o que efetivamente foi construído, percebemos que entre o desenho e a realidade, muitas vezes ocorreram divergências que posteriormente passaram a ser alvo de inspeção e fiscalização da Polícia e Higiene das Intendências Municipais.

No Capítulo II – das habitações em geral, observam-se recomendações sobre como deveriam ser feito o abastecimento de água, o serviço de esgotos e a precaução das moléstias. Além de normas pormenorizadas de como o solo deveria ser saneado antes da construção das casas, e protegido da ação dos lençóis freáticos não permitindo a infiltração de umidade.

O Código determinou as especificações dos materiais a serem utilizados nas estruturas, na hidráulica, no revestimento e no aparelho sanitário dos edifícios. Em especial causaram impacto nas moradias os seguintes artigos:

Artigo 52. – Os encanamentos que exgotam estas bacias deverão ter syphão hydraulico interceptor, munido de ralo e caixa de graxa.

Artigo 53. – As chaminés de tiragem devem exeder 1m,50 pelo menos os telhados das casas proximas.

Artigo 54. – Todos os edificios e habitações deverão ter canalização especial de conducção das aguas pluviaes directamente para os exgottos ou sargetas das ruas, nas localidades onde não houver exgottos, devendo ser prohibido exgottamento das aguas para as calçadas dos passeios.

Artigo 55. – As casas nunca deverão ter maior altura do que a largura das ruas, excepto quando ficarem fóra do alinhamento das ruas, ou na hypothese de construcção ou reconstrucção em ruas estreitas e antigas.

Artigo 56. – Não deverá ser permitida latrina, destinada ao uso comum dos moradores, unida aos aposentos de dormir. O espaço a ella destinado deve ser ventilado e bem illuminado.

Artigo 57. – De permeio ao gabinete da latrina e aos aposentos interiores deverá haver um compartimento claro e bem arejado, que nunca deverá servir para dormitorio.

Artigo 58. – O chão do gabinete da latrina deverá ter revestimento impermeavel, prolongando-se a impermeabilidade até á altura de 1m,50.

Artigo 59. – Deverão ser prohibidas as caixas de madeiras para revestimento dos aparelhos hygienicos.

Artigo 60. – A bacia ou receptaculo das latrinas deverá ser de materia impermeavel, solido, polido interiormente, sem relevos nem ornatos. Os aparelhos munidos de fundos moveis e valvulas deverão ser condemnados nas habitações a construir de ora avante.

Artigo 61. – A installação dos aparelhos deverá ser tal, que a bacia e o syphão possam ser constante e rigorosamente limpos e desinfectados, interna e externamente.

Artigo 62. – Todas as latrinas deverão ter syphão simples em – S – com Interceptor hydraulico.

Artigo 63. – Far-se-á a ventilação dos encanamentos pela corôa do syphão

Sobre esse modo moderno de habitar, de acordo com os artigos acima citados, percebe-se uma alteração nas plantas das casas e no uso de materiais utilizados para a construção destas, sobretudo no sentido de combater a umidade e permitir o arejamento.

Sob a ótica da legislação, qualquer edificação, para ser erigida, precisava de uma licença obtida em órgão responsável, que poderia aprovar ou reprovar o projeto apresentado. Estes pedidos de reforma e construção estão, em grande parte, alocados e acondicionados no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, que funciona como um repositório documental de suma importância àqueles que se dedicam a pesquisar sobre a urbanização paulistana, com as rupturas e permanências existentes dentro da história da cidade.

# DESINFECTORIO CENTRAL

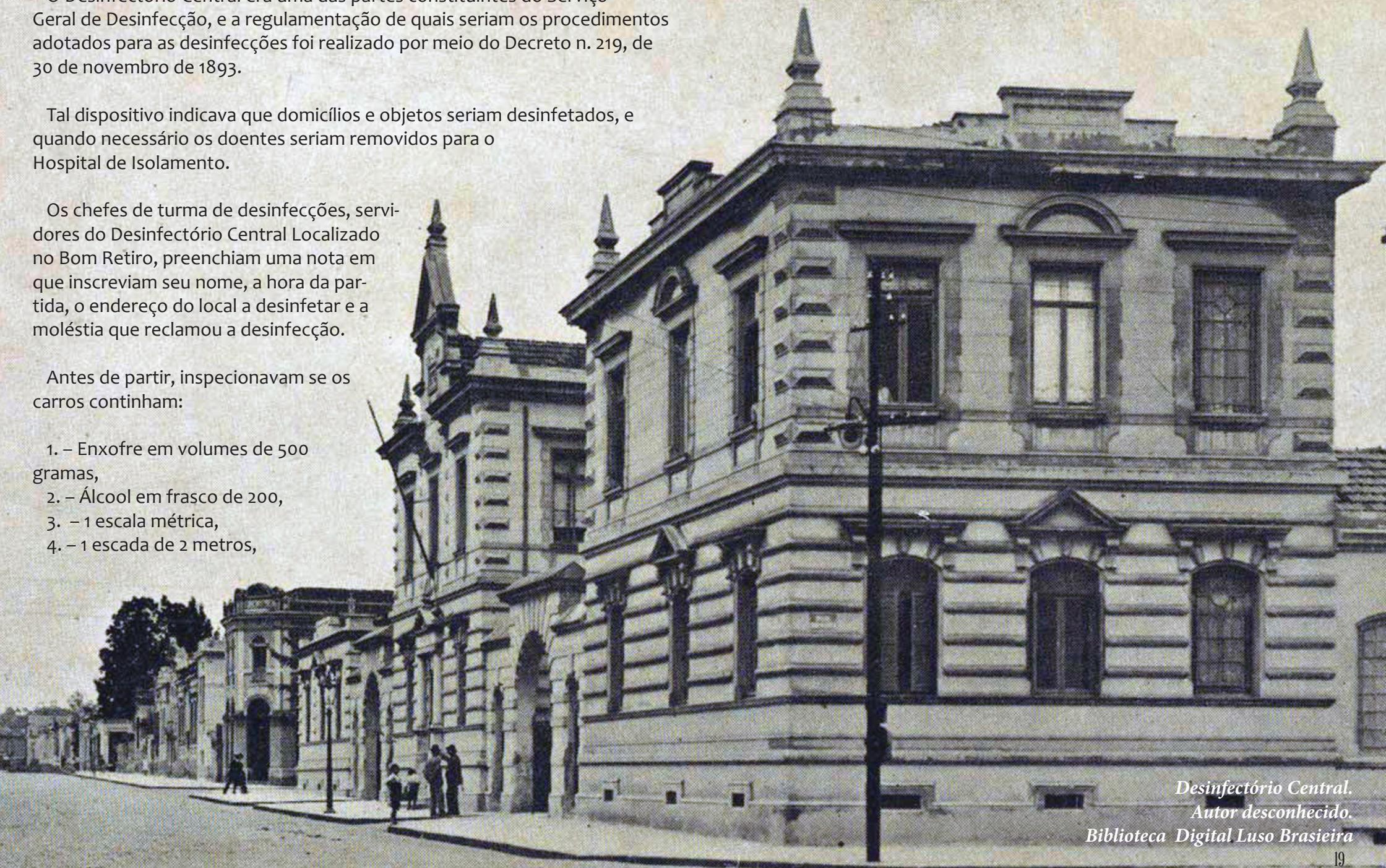
O Desinfetório Central era uma das partes constituintes do Serviço Geral de Desinfecção, e a regulamentação de quais seriam os procedimentos adotados para as desinfecções foi realizado por meio do Decreto n. 219, de 30 de novembro de 1893.

Tal dispositivo indicava que domicílios e objetos seriam desinfetados, e quando necessário os doentes seriam removidos para o Hospital de Isolamento.

Os chefes de turma de desinfecções, servidores do Desinfetório Central Localizado no Bom Retiro, preenchiam uma nota em que inscreviam seu nome, a hora da partida, o endereço do local a desinfetar e a moléstia que reclamou a desinfecção.

Antes de partir, inspecionavam se os carros continham:

1. – Enxofre em volumes de 500 gramas,
2. – Álcool em frasco de 200,
3. – 1 escala métrica,
4. – 1 escada de 2 metros,



*Desinfetório Central.  
Autor desconhecido.  
Biblioteca Digital Luso Brasileira*

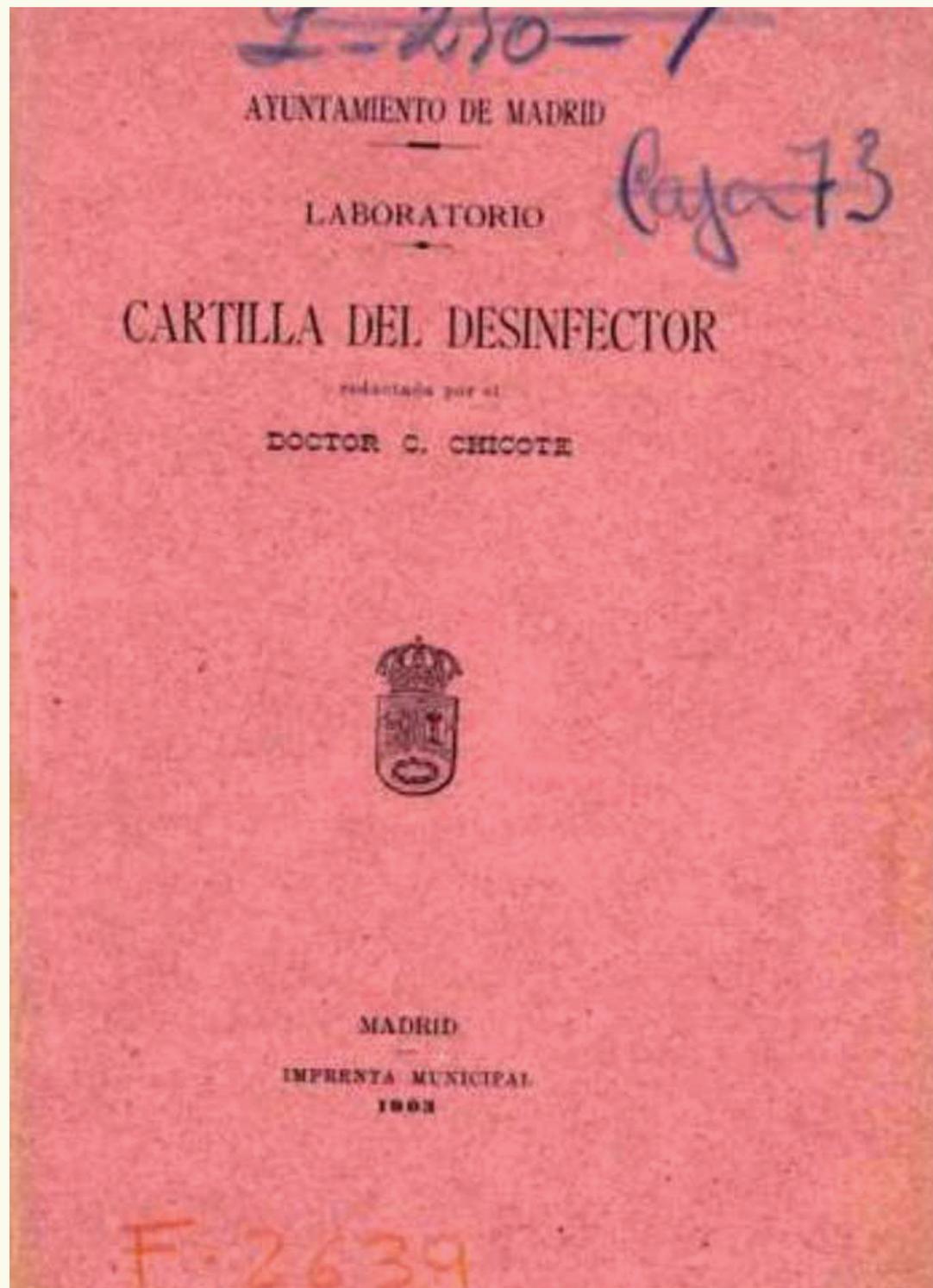
5. – 1 vasilha com gomma,
6. – 1 pincel,
7. – Papel para calafetar,
8. – Frascos com soluções tituladas de sublimado corrosivo,
9. – Placas de ferro de 60 centímetros quadrados,
10. – Saco com areia ou barro,
- 11.- 1 cabo de madeira de 3 metros,
- 12.- 1 pulverizador de Geneste & Herscher,
- 13.- Uma medida de litro,
- 14.- Um copo graduado,
- 15.- Soluções tituladas, de sulfato de cobre,
- 16.- 1 pote com vaselina,
- 17.- Baldes esmaltados, ou de madeira e
18. – Fósforos.

No local deveriam examinar o aposento a ser desinfetado e qual o método e proporção a serem empregados. Seu trabalho consistia em:

*“[...] janelas e portas eram calafetadas com tiras de papel. sulfato de sobre era lançado nos aparelhos sanitários, sublimado corrosivo ou anidrido sulfuroso aspergido sobre o assoalho. Isto feito submetia-se à combustão uma solução de enxofre e álcool, para que a fumaça impregnasse bem os móveis e as paredes Além disso, recolhiam-se objetos, como copos, pratos e talheres, para desinfecção em estufas aquecidas”.*

Para se ter uma ideia do impacto que o trabalho de desinfecção desempenhava ao longo ao redor do mundo, no ano de 1903 foi publicada a “Cartilha do Desinfector” em Madri, escrita pelo médico César Chicote y del Riego, diretor do Laboratório Municipal de Madri.

A cartilha relatava minuciosamente quais deveriam ser os procedimentos adotados pelo desinfector e as formas de descontaminação.



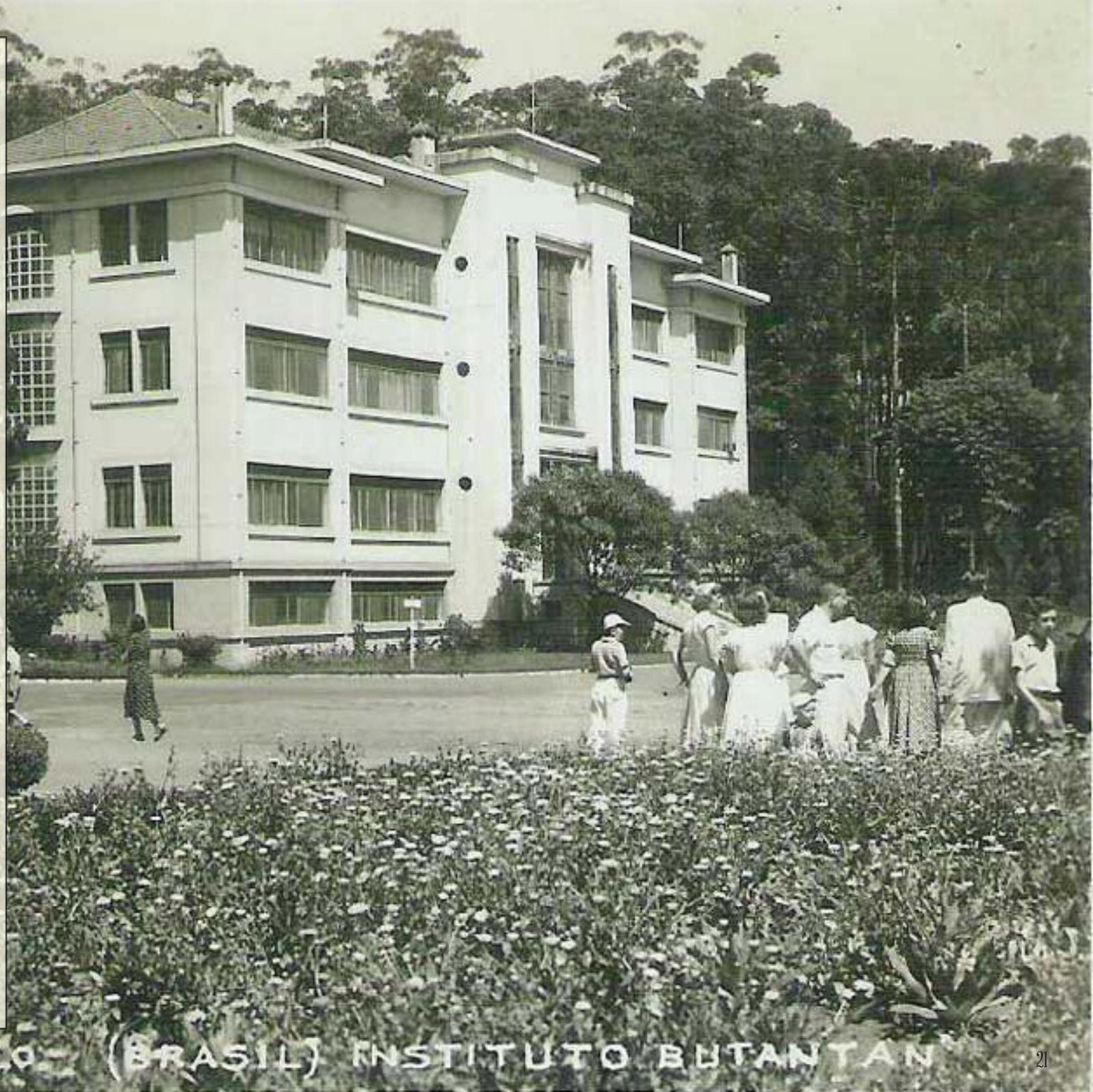
## O INSTITUTO BUTANTAN

A criação do Instituto Serumteraphico, Decreto nº 878a, de 23 de fevereiro de 1901, foi atribuída à dificuldade de obtenção do soro antipestoso e vacina contra a peste bubônica que se propagou a partir do porto de Santos em 1899.

Entre as produções que seriam feitas no órgão estão os soros antidiftéricos, antitetânicos, antiofídicos, anticrotálico, antibotrópico, antiaglutinante e para tuberculose.

Para a produção dos soros antiofídicos, o Instituto solicitava que os fazendeiros capturassem as serpente que localizassem em suas propriedades, para tal fornecia as caixas e objetos para sua captura e realizava o transporte pelas estradas de ferro gratuitamente, em virtude de uma parceria com as empresas de transporte.

No ano de 1914, foi inaugurado o prédio central, posteriormente batizado de “Edifício Vital Brazil”, tornando possível alocar setores de pesquisa e produção, possibilitando a expansão da instituição promovendo um aprimoramento maior em suas atividades.



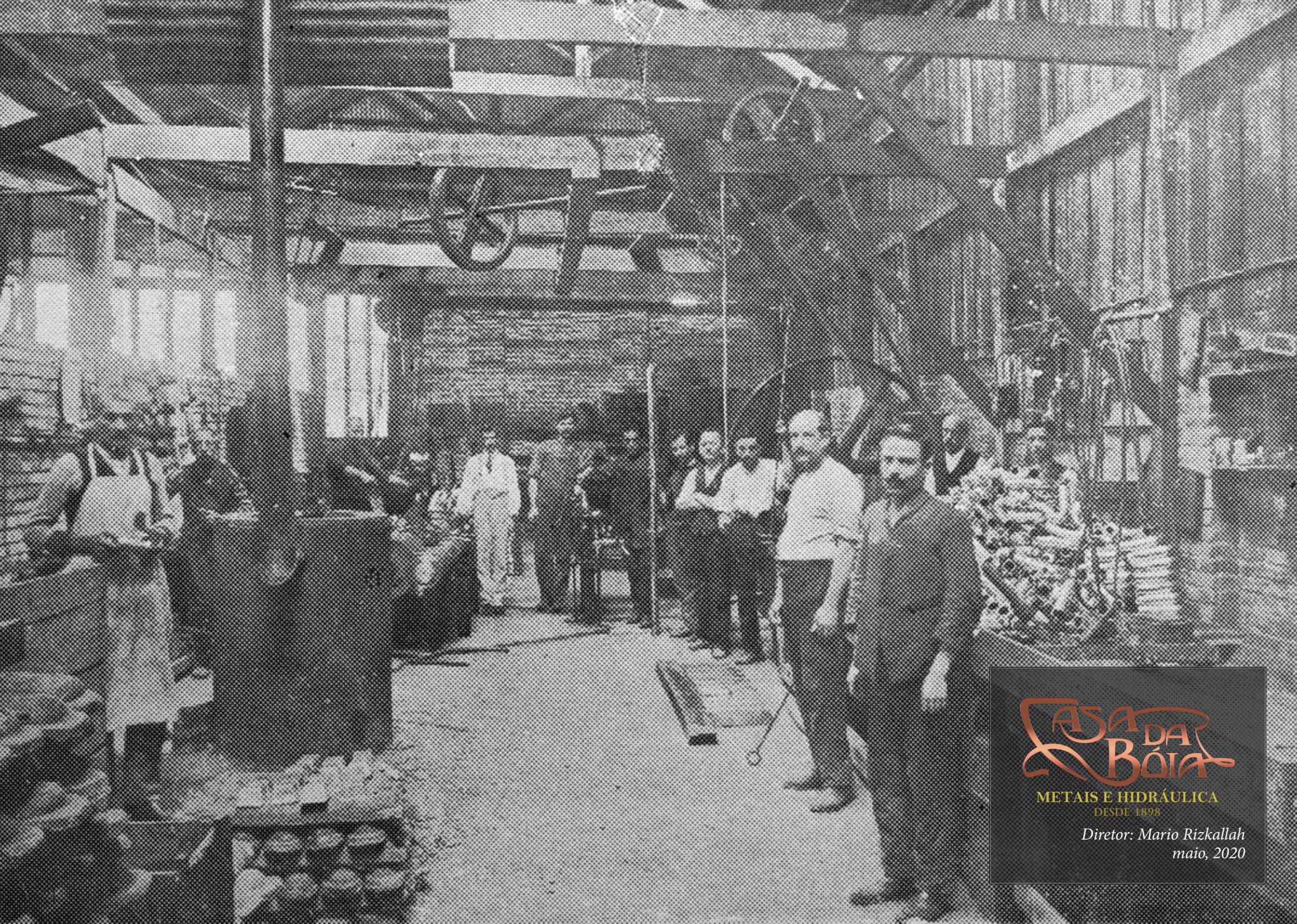
POSTAL LÔMBE 113 SÃO PAULO - (BRASIL) INSTITUTO BUTANTAN

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 Reid AH, Taubenberger JK, Fanning TG. Evidence of an absence: the genetic origins of the 1918 pandemic influenza virus. *Nat Rev Microbiol* 2004;2(11):909-14.
- 2 Castiglioni A. Valli, Eusebio. *Encicl Ital Sci Lett ed Arti* 1937.
- 3 Denominação inicialmente dada à gripe espanhola na Espanha e na Inglaterra. Ver: Gina Kolota. *Gripe: a história da epidemia de 1918*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.30.
- 4 GOULART, Adriana da Costa. Um cenário mefistofélico: a gripe espanhola no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2003. P.16.
- 5 BENCHIMOL, Jayme L. Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e revolução pasteuriana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999. p.116.
- 6 GOULART, Adriana da Costa. Um cenário mefistofélico: a gripe espanhola no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2003. P.27.
- 7 Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção das leis da República Federativa do Brasil. Decreto 13001 de 1º de maio de 1918. Vol.2 pp. 535-536.
- 8 A Influenza espanhola. Comunicado do Serviço Sanitário O Estado do S.Paulo São Paulo, 16 de outubro de 1918, nº 14.536, ano XLIV, p. 5.
- 9 A “influenza espanhola” A Gazeta São Paulo, 22 de outubro de 1918, nº 3.832 ano XIII, p.1.
- 10 Resolução n.181 de 26 de outubro de 1918 – autoriza o prefeito a tomar todas as providências necessárias à assistência pública, relativamente à pandemia reinante. *Correio Paulistano*, 29 de outubro de 1918. p.6.
- 11 A epidemia de gripe e Visita aos cemitérios A Platéia São Paulo, 18 e 23 de outubro de 1918, nº 110 e 115, ano XXXI, p.2 e 6. Postos médicos para os alunos dos grupos O Estado de S.Paulo São Paulo, 18 de outubro de 1918, nº 14.538, ano XLIV, p.4
- 12 Segundo essa teoria, as doenças e sua propagação se originavam nos odores produzidos pela matéria orgânica em putrefação nos solos.
- 13 RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim: inventário da saúde pública*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1993.p.32.
- 14 Pão e sabão *Jornal do Commercio São Paulo*, 8 de novembro de 1918, nº361, ano III, p.6.
- 15 FILHO BERTOLLI, Cláudio. *A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade* . São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.
- 16 Livro Caixa de 1918, p.11. pandemia reinante. *Correio Paulistano*, 29 de outubro de 1918. p.6.
- 17 Associação Comercial de São Paulo. *Correio Paulistano*. 18 de novembro de 1918, p.8.
- 18 BENTIVOGLIO, Júlio. *Elaboração e Aprovação do Código Comercial Brasileiro de 1850: Debates Parlamentares e Conjuntura Econômica (1840-1860)*. Revista do Memorial do Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Justiça & História. Volume 5, número 10, 2005.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 19 CABRAL, Dilma. Código Comercial. In: Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Colonial (1500-1822). Disponível em: Acesso em: 03 jul. 2019.
- 20 BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
- 21 Mensalmente havia o pagamento de comissão sobre vendas.
- 22 BARBUY, Heloísa. A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914. São Paulo: EDUSP, 2006.
- 23 BARBUY, Heloísa. A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914. São Paulo: EDUSP, 2006. P.161-164.
- 24 NASCIMENTO, Ana Paula. Produtos, fornecedores e artesãos em obras do Escritório Técnico Samuel das Neves: 1909-1920. Revista CPC, São Paulo, n. 23, p. 114-148, ago. 2017.
- 25 BARBUY, Heloísa. A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914. São Paulo: EDUSP, 2006. P. 165.
- 26 MARTINS, Antonio Egydio. São Paulo antigo 1554-1910. São Paulo: Editora Paz e Terra 2003, p.63.
- 27 CORREIA, Telma de Barros. A Construção do Habitat Moderno no Brasil – 1870 – 1950. São Carlos: Rima, 2004.p.20.
- 28 RIBEIRO, Maria Alice Rosa. História sem fim: inventário da saúde pública. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1993, p.7-20.
- 29 Andrade mostra que uma comissão médica francesa enviada à Andaluzia para mapear a epidemia ali ocorrida propôs que “A arte de conservar os homens é um ramo essencial da arte de os governar”, logo por meio desta passagem verifica-se o caráter político que estava inserido nas ações médicas do período, ocorridas não apenas na Europa, mas também nos outros continentes ao longo dos séculos XVIII e XIX. ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. “Putrid Miasmata”: higienismo e engenharia sanitária no século XIX. higienismo e engenharia sanitária no século XIX. Cadernos de arquitetura, Bauru – SP, v. 2, p. 28-39, 2000, p. 28.
- 30 SÃO PAULO (Estado). Lei nº 240, de 04 de setembro de 1893. Reorganiza o serviço sanitário do Estado de S. Paulo. Disponível em:<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1893/lei-240-04.09.1893.html>
- 31 ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. “Putrid Miasmata”: higienismo e engenharia sanitária no século XIX. Cadernos de arquitetura, Bauru – SP, v. 2, p. 28-39, 2000.p.30.
- 32 SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 219, de 30 de novembro de 1893. Aprova o regulamento para o serviço geral de desinfecções. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1893/decreto-219-30.11.1893.html>
- 33 ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: Unesp, 1999.P.269.
- 34 SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 878a, de 23 de fevereiro de 1901. Da organização o Instituto Serumtherapico. Diário Oficial, 27 de fevereiro de 1901, p.707. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1901/decreto-878A-23.02.1901.html>
- 35 SÃO PAULO. Instituto Butantan. Instituto Serumtherapico do Estado de S. Paulo, Brasil. São Paulo: Est. Pocaí-Weiss, 1914]. p.24.
- 36 Idem, p.6.



AS DA  
BOIA

METAIS E HIDRÁULICA  
DESDE 1898

*Diretor: Mario Rizkallah  
maio, 2020*